

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO -----

-----**ATA NÚMERO CINCO**-----

----- (Mandato 2017-2021) -----

---- Aos trinta dias de abril de dois mil e dezoito reuniu na sede da Freguesia, sita na Rua D. Duarte de Meneses, nº12, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, sob a presidência de João Manuel Navarro Pina, coadjuvado por Alda Margarida Gonçalves Godinho Ferreira, primeiro secretário e Paulo Jorge Ribeiro Doroana, segundo secretário. -----

---- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos atrás mencionados, mais os seguintes membros: -----

---- **Partido Socialista (PS):** - Manuel António Grama Palhoco, Marina Paula Ribeiro Consciência, Ana Márcia Magalhães Amaral Martins, Luís Miguel Correia Fonseca e Ricardo Jorge Conde Croca. -----

---- **Partido Social-Democrata (PSD):** - Fernando Jorge Ferreira Marques, Rafael Ribeiro Neto, Nelson Luís Beja Morgado, Rui Manuel Neves da Silva Pinto, Arminda Maria Anselmo Oliveira, Ana Maria São Brás Brites Madeira e Carla Valente de Almeida. -----

---- **Partido Comunista Português (PCP):** - José de Jesus da Cruz Rodrigues e Esperança da Paz Cocelo Silvestre -----

---- **Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP):** - Jorge Manuel Ferreira Marques e Hugo Miguel da Silva Fernandes -----

---- **Bloco de Esquerda (BE):** - Francisco António Ramos Aires-----

---- Faltaram à reunião os seguintes membros: -----

---- Maria Isabel dos Santos Baião Rodeia (PS), que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Jorge Ribeiro Doroana -----

---- Paulo Nuno Marques da Fonseca (PS), que justificou a sua ausência e foi substituído por Alda Margarida Gonçalves Godinho Ferreira -----

---- Guilherme Fernando da Silva Anastácio (PSD), que justificou a sua ausência e foi substituído por Nelson Luís Beja Morgado -----

---- Emanuel da Conceição Nunes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Carla Valente de Almeida -----

----Joana Isabel Marques Batista Albarran (CDS), que justificou a sua ausência e foi substituída por Hugo Miguel da Silva Fernandes-----

---- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, o **senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

---- **Senhor Luís Pedro da Costa** - *“Boa noite a todas e a todos, quero utilizar esta intervenção para fazer uma breve menção a um produto que afeta gravemente o nosso ambiente, ecossistemas em que nos inserimos, a nossa saúde e o mundo.* -----

---- *Refiro-me ao plástico. A maior parte dos plásticos é produzida a partir do petróleo ou gás natural que, como sabemos, são fontes de energia não renováveis e através de processos e técnicas com impactos substancialmente negativos para o ambiente. Os seus constituintes e estrutura química, fazem com que seja absurdamente duradouro e resistente aos processos de degradação naturais. A sua manufatura, assim como destruição por incineração é altamente poluente para a atmosfera, solo e ambientes*

aquáticos, para além de expor os trabalhadores intervenientes na sua produção ao contacto com químicos tóxicos e cancerígenos. -----

---- Os sacos de plásticos descartáveis, devido ao seu formato e facilidade com que são levados pelo vento, podem percorrer distâncias enormes, alcançando praticamente qualquer lugar, acabando por chegar e acumular-se em locais onde as consequências são absolutamente nefastas. Os produtos de plástico criam barreiras, aprisionam animais marinhos, são ingeridos pela maior parte dos animais, destacando-se os peixes e aves, lesando-os, não só por ação mecânica, mas também pela sua composição química que produz alterações fisiológicas fatais. Não esquecer que somos consumidores de muitos destes mesmos animais. -----

---- Um estudo publicado em vinte e um de abril de dois mil e dez pela *Annual Review of Public Health*, alerta para os perigos do plástico na saúde humana, destacando os seus constituintes monoméricos como o Bisfenol A, Ftalatos e aditivos, isoladamente, ou em combinação, como é o caso do Policarbonato Antimicrobiano. -----

---- Abreviando, o Bisfenol A, é um constituinte utilizado em várias embalagens de produtos alimentares, são um exemplo das garrafas de água, e é por este estudo, mencionado como uma substância com potencial ação endócrina, levando à disrupção da fisiologia hormonal reprodutiva, tiroide, cancros, como o prostático, da mama, patologias comportamentais e, infelizmente, muitas outras. -----

---- Micropartículas, geradas pela utilização do plástico, encontram-se na nossa circulação sanguínea, em níveis cada vez maiores e preocupantes. Este tipo de poluição, não se resume apenas à escala visível. Da sua utilização, invariavelmente, acabam por ser libertadas as mesmas micropartículas que existem nos solos, no ar que respiramos, nos oceanos, na água que bebemos e nos alimentos que ingerimos. Embora por vezes não o vejamos, o plástico está cada vez mais em todo o lado. -----

---- Temos plástico no nosso organismo. -----

---- A Junta da União de Freguesias Cascais-Estoril anuncia abolir o plástico nos seus serviços. Refere que um terço do lixo doméstico é composto por resíduos de plástico. Menciona extinguir nomeadamente sacos, palhinhas e garrafas. -----

---- Comunica que irá fazê-lo em parceria com o Movimento Claro Cascais, que tem como objetivo sensibilizar e mobilizar a população para este grave problema. -----

---- Eu proponho que não fiquemos para trás e que a Junta de Freguesia de SDRana, adira prontamente a esta, mais que necessária, iniciativa." -----

---- **João Couto Fragoso** - "Fui constituído arguido com termo de identidade e residência em setembro de dois mil de dezassete, com base numa queixa dirigida ao MP, apresentada como sendo decisão da Junta de Freguesia, em abril de dois mil e quinze, ou seja, dois anos e cinco meses debaixo de uma enorme carga de difamações e insinuações.-

---- O que diz na acusação assinada por Maria Fernanda Gonçalves - passo a citar: "indícios de corrupção, usurpação de bens, abuso de confiança e a existência de rumores, dos quais não temos prova, de que o arguido pedia como contrapartida de negócios com a Junta de Freguesia, a comissão de trinta por cento do valor a adjudicar e no final ainda se acrescenta, por não podermos provar o que atrás é descrito, pedimos ao Ministério Público que investigue e retire o mandato ao eleito, senhor João Couto Fragoso." -----

---- O que disse o juiz procurador em vinte e um de janeiro deste ano: pronunciou-se pelo arquivamento do processo e escreveu, o que passo a citar: "que não foram provados os factos denunciados, nem a existência de matéria criminal, nem a Junta de Freguesia e nem Fernanda Gonçalves conseguiram apresentar algo de concreto, somente suspeitas infundadas." -----

---- Como o senhor presidente sabe, este último processo vem na sequência de outros quatro, já arquivados, e que duram há cerca de cinco anos. -----

---- Recordo que a forma de apresentação destas queixas responsabilizam todos os membros do executivo, sejam do PS, do PCP ou do BE, que aprovaram e assinaram tais decisões e os tornam responsáveis por todas as afirmações. Não basta colocar uma esponja sobre a decisão de arquivamento deste último processo, e como tal lhe transmito é muito simples, decorridos estes, cerca de cinco anos, com cinco processos movidos contra mim, onde dois dos quais foram de recurso até ao tribunal da relação, tivemos três tempos: o tempo das insinuações, o tempo da justiça e agora estamos no tempo dos ofendidos. -----

---- Assim sendo, informo que dei início a entrada no Ministério Público de duas queixas distintas, uma contra Maria Fernanda Gonçalves, sobre injúria agravada e de difamação agravada, previstas nos diversos artigos do código penal e uma outra com o pedido de indemnização cível, sobre perdas e danos contra a Junta de Freguesia, enquanto entidade de suporte a todo o conjunto difamador. -----

---- Vão ser arrolados como testemunhas, além de outros, os tesoureiros João Navarro Pina e Carlos Nogueira que terão oportunidade de explicar perante o tribunal as comissões ou desvios de trinta por cento das verbas dos contractos feitos pela Junta de Freguesia. -----

---- Manuel Grama Palhoco, apesar de na época se encontrar de baixa ou no Alandroal, em correspondência anexa neste processo, faz afirmações irresponsáveis, escrevendo sobre o roubo de supostos pertences da Junta de Freguesia. -----

---- Senhor presidente, nesta panóplia de imputações de rumores e outras coisas tais, saliento a vinda do vereador do PSD, Nuno Piteira Lopes ao DIAP para prestar declarações acerca da propriedade de um contentor. Ora, para além do despudor de arrolar um vereador para confirmar o que todos já sabiam, fica escrito que se tratou de uma oferta e não propriedade da Junta de Freguesia. Cai por terra a acusação de que o arguido roubou os documentos. -----

---- Senhor presidente, acerca dos pagamentos das despesas dos vários processos que correram no tribunal, além das cópias que tenho na minha posse, recorri à ANAFRE para recolha da seguinte informação: Se alguém utilizar o nome da instituição Junta de Freguesia, para apresentação de queixas e tentar pagar as despesas do tribunal da sua algibeira, incorre em crime que pode levar à perda de mandato. Será bom, o senhor presidente e os eleitos, obterem por escrito os normativos da Lei que me refiro. -----

---- Um outro assunto que lhe transmito, tem por base os muitos anos que convivemos nesta casa, pergunto se esta doença de perseguição a minha pessoa é só política? Há um conjunto de fatores que deixarei para mais tarde que me fazem pensar. No entanto lhe digo um deles, o senhor recorda-se que antes de eu ser militante do PS, fui durante vinte e cinco anos militante do PCP, com algumas responsabilidades que abrangeram os períodos do antes e do depois do vinte cinco de Abril? -----

---- Sabia que o PCP tinha antes do vinte e cinco de Abril contactos e notícias e fazia apreciações sobre comportamentos de pessoas que pactuassem ou não com o regime político da época, caracterizando-as como democratas, progressistas, antifascistas ou até de fascistas? Sabendo-se das fortes ligações e influências que as polícias políticas alemãs federais e a PIDE tinham nas suas práticas e na arregimentação e na coação exercida sobre pessoas a trabalhar nesse País? -----

---- Tendo por base esta realidade da época, sabendo-se da organização e catalogação dos documentos históricos que foram sendo arquivados na Torre do Tombo, tomei a

*iniciativa de me deslocar a esses arquivos, a fim de poder obter elementos que me tirassem algumas dúvidas sobre a estadia e as posições de Maria Fernanda Gonçalves na Alemanha Federal, tendo em conta que não lhe eram conhecidas opiniões e apego às liberdades e aos valores democráticos. -----*

*---- Da minha ida a Torre do Tombo, dei conhecimento posterior a Manuel do Carmo Mendes, e com o passar dos anos será plausível que o senhor Presidente da Assembleia e, ou mais alguém saiba desta minha deslocação, mesmo que por razões de Estado e pela minha parte, não houvesse divulgação pública da resultante desta minha deslocação, daí que seja natural eu pensar se não estamos perante uma soma maquiavélica e monstruosa que vai para além das questões políticas existentes nesta freguesia e neste concelho que visam o meu assassinato de carácter. -----*

*---- Para mim, basta! Vamos nos encontrar em tribunal, porque considero que a seriedade vem de cada um e não do cargo que ocupam. Fica registado que estarei sempre disponível para esclarecer e tirar todas as dúvidas que existirem, seja nesta assembleia ou noutra qualquer lugar. -----*

*---- Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Domingos de Rana, João Navarro Pina, entreguei na mesa uns dossiers simplificados deste último processo para conhecimento dos grupos de lista.” -----*

#### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

*---- Não havendo mais ninguém do público a intervir, o Presidente da Mesa deu início a PAOD, com o convite do Núcleo Sportinguista de Tires, para um evento na coletividade, ao qual estiveram presentes e também foi aceite, o convite do quadragésimo segundo aniversário da Coletividade no Monte Real. -----*

*---- Comunicações de ausências dos vários membros da Assembleia que faltaram -----*

*---- Email remetido à Junta de Freguesia, do grupo de lista do PCP, referente a regularização da situação contratual dos trabalhadores convictos precários. -----*

*---- Email remetido à Junta de Freguesia, do núcleo Viva Cascais, sobre a retirada do ponto cinco da ordem de trabalhos. -----*

*---- Deram entradas seis moções, ao qual o senhor Presidente da Mesa avisou que o período reservado ao PAOD é de sessenta minutos não prorrogáveis, apelando a capacidade de síntese dos membros, no sentido de ser possível discutir e aprovar as moções. -----*

*---- O Presidente da Mesa, colocou à admissão a primeira moção do BE, que foi identificada com a letra A, com o título “Arlindo Marques” -----*

*---- **Deputado Francisco Aires (BE)** - Moção em anexo -----*

*---- O Presidente da Mesa pôs a moção à votação da sua admissão tendo sido aprovado por unanimidade a admissão da mesma. Após admissão passou-se à fase de discussão-----*

*---- **Deputado Fernando Ferreira Marques (PSD)** - “Boa noite senhor presidente, boa noite ao executivo, boa noite a todos, boa noite ao público. Apenas para dizer que da nossa parte não vemos nenhum inconveniente em aprovar esta moção, sempre e enquanto seja possível ao Francisco Aires e ao BE, retirar a frase em que diz “repudia a ação interposta pela Celtejo a um ambientalista da Protejo”, isto porque nós não sabemos em que termos foi feita a ação, ao que a ação se refere e portanto, temos toda a disponibilidade para votar favoravelmente a ação cívica do senhor Arlindo Consolado Marques, mas não conhecemos a ação que foi interposta e portanto não sabemos em que*

*termos que ela foi interposta, portanto não podemos repudiar uma coisa que não conhecemos.”-----*

*---- Deputado José Jesus (PCP) – “Ora, boa noite senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, executivo, colegas e público. Em representação da bancada do PCP, vamos votar a favor. Para nós, tudo que seja para o bem do ambiente, nada nos opõe a isso, pelo contrário. -----*

*---- Queria só um aparte, nós também temos que começar a nos preocupar com as nossas ribeiras da freguesia, apesar de não estar a ver isso, só para começarmos também a cuidar daquilo que é nosso e que temos aí tido muitos problemas. Muito Obrigado.” -*

*---- Deputado Francisco Aires (BE) – “Presumo que estou a ver bem a coisa, mas para clarificar que vemos bem a retirada da parte que foi aqui mencionada pelo Fernando Ferreira Marques.” -----*

*---- O Presidente da Mesa pôs a moção para votação tendo sido aprovada por unanimidade. -----*

*---- Passou-se para a segunda moção identificada com a letra B, com o título “Processo extraordinário de regularização de todos os vínculos precários da freguesia.” -----*

*---- Deputado Francisco Aires (BE) – Moção em anexo -----*

*---- O Presidente da Mesa colocou a moção para admissão, tendo sido aprovado, a admissão da mesma, por unanimidade. Após admissão passou-se à fase de discussão -----*

*---- O deputado Manuel Palhoco pediu para intervir: “Boa noite senhor presidente, restantes membros da mesa, senhora Presidente da Junta, restantes membros do executivo, companheiros das várias bancadas, excelentíssimo público. Sobre esta moção, eu, em nome do Partido Socialista, tenho aqui algumas dúvidas: se isto é um processo que está devidamente regulamentado do ponto de vista legal, acho que fazia mais sentido, em vez de vir aqui como moção para nós decidirmos sobre esta matéria, em primeiro lugar, fazer isto como um pedido de informações à Junta de Freguesia ou, como digamos, uma sugestão à Junta de Freguesia, ou então, no mínimo que a senhora presidente falasse sobre isto, na medida em que há aqui um conjunto de circunstâncias que nós não estamos em condições de votar. Porquê o prazo de dois meses, porquê dois meses? A comissão paritária está prevista na legislação adequada, se assim é, se tudo isto está previsto na legislação, quando muito isto ficava aqui no número três em execução do processo de regularização, conforme o previsto na lei sobre o mesmo assunto, porque, por exemplo, dar três dias ao executivo, eu acho que é uma determinação que a assembleia não deve fazer, em primeiro lugar porque tanto pode ser fácil a junta de freguesia mandar a informação já amanhã, como poderá os três dias, ainda por cima sendo feriado amanhã, pode ser difícil, portanto, parece-me que a moção está muito confusa, pelo menos para mim e se a moção acabasse aqui na execução do processo da regularização, a junta deve proceder com o acordo previsto na lei, resolvia-se o problema e não se estavam aqui a impor prazos. Eu já disse isso várias vezes na comissão, eu, por norma, e a minha bancada, somos contra e sempre fomos contra, a imposição de prazos ao executivo porque não é essa, portanto, o executivo não responde perante a assembleia sobre essa matéria, porque a assembleia não pode determinar se a junta pode responder em dois dias ou se pode responder em três. Podemos dizer que é um prazo razoável, mas se não houver resposta nestas condições, nós não vamos votar favoravelmente nesta moção.” -----*

---- O Presidente da Mesa pediu à senhora Presidente da Junta para esclarecer sobre o ponto -----

---- A senhora Presidente da Junta esclareceu que sobre esta matéria a junta não tem funcionários em regime precário. Que desde dois mil e dezasseis que a Junta de Freguesia regularizou todas as situações precárias e neste momento tem apenas uma funcionária que está com contrato de tarefa por uma razão de ter entrado há pouco tempo, mas irá fazer-se um concurso público, portanto, tanto pode ficar ou não e que tinha vindo substituir uma mobilidade que não havia no quadro sequer. Entretanto temos uma *que* entrou dia um de março de dois mil e dezoito e tirando isso não existe mais ninguém precário na Junta de Freguesia de São Domingos de Rana. -----

---- O Presidente da Mesa perguntou se haveria mais alguém para intervir e não havendo ninguém colocou a moção à votação. -----

---- Após a votação a moção foi rejeitada com nove votos contra do PS, nove abstenções do PSD e CDS e três votos a favor do PCP e BE. -----

---- O deputado Manuel Palhoco (PS) pediu para intervir, tendo sido aceite o pedido pelo presidente da mesa: -----

---- **Deputado Manuel Palhoco (PS)** - *“É muito simples, nós votamos contra esta moção apenas porque os termos em que está apresentada, e até depois da explicação dada pela senhora presidente, parece inopinado e extemporânea* -----

---- O Presidente da Mesa passou para a terceira moção, esta apresentada pelo PCP e na qual foi identificada pela letra C e com o título “Transferências de Competências” -----

---- **Deputado José Jesus (PCP)** - Moção em anexo -----

---- O Presidente da Mesa colocou a moção para admissão tendo sido aprovado admissão da mesma por unanimidade. Após admissão passou-se à fase de discussão-----

---- **Deputado Manuel Palhoco (PS)** - *“Em relação a esta moção, a bancada do Partido Socialista vai votar contra, embora comungue de algumas preocupações que aqui estão expressas de que o pacote de competências tem de vir acompanhado do devido pacote financeiro e fundamentalmente pelo aspeto financeiro e das condições para levar à prática essas transferências de competências. Há depois coisas que no essencial, nós não podemos concordar com esta moção, na medida do seguinte: faz um juízo de intenção sobre o que é que vai correr mal, pressupõe que já vai correr mal, mas o essencial é isto, é uma descentralização, um acordo de descentralização que é feito entre o Governo, a Assembleia Nacional de Municípios e a Assembleia Nacional de Freguesia, não me parece curial que uma Assembleia de Freguesia, ainda por cima não conhecendo em pormenor ou ainda sem ver prática de maus procedimentos, votar favoravelmente numa moção destas, nós comungamos de algumas preocupações que aqui estão, aguardamos para ver e não colocamos em causa o acordo feito com as estruturas de organização.”-----*

---- Não havendo mais intervenções a moção foi posta à votação tendo sido rejeitada com nove votos contra do PS, nove abstenções do PSD e CDS e três votos a favor do PCP e BE. -----

---- Passou-se para a quarta moção também apresentada pelo PCP identificada pela letra C, sobre as comemorações do primeiro de maio e o vinte cinco de abril-----

---- **Deputada Esperança Silvestres (PCP)** – Moção em anexo -----

---- O Presidente da Mesa colocou a moção para admissão tendo sido aprovado a sua admissão por unanimidade. Após admissão passou-se à fase de discussão

---- Não tendo havido intervenções o Presidente da Mesa passou para a votação da mesma, tendo sido rejeitada com nove votos contra do PS, nove abstenções do PSD e CDS e três votos a favor do PCP e BE -----

---- Quinta moção apresentada pelo CDS e PSD identificada com a letra E e com o título “Mobilidade em São Domingos de Rana + Linha de Cascais” -----

---- **Deputado Hugo Miguel Fernandes (CDS)** – Moção em anexo -----

---- A moção foi colocada à admissão tendo sido aprovado a sua admissão por unanimidade. Após admissão foi posta à discussão -----

---- **Deputado Francisco Aires (BE)** – *“Apenas três apontamentos rápidos que esta moção me sugeriu, para além do apontamento histórico que a moção encerra e que é sempre interessante, não houve no entanto, uma moção, julgo eu, às bicicletas, que também fazem parte do programa “Mobi Cascais” e que do meu ponto de vista ainda são o mal menor deste programa de mobilidade. Relativamente ao resto, lembrar a todos os presentes que as pessoas nesta freguesia não se movem apenas de um dado local da freguesia em direção à linha da CP, eu sei que é um vetor forte de deslocação das pessoas, mas as pessoas deslocam-se entre as várias localidades da freguesia e do concelho. O Mobi Cascais leva pessoas para a estação dos comboios exclusivamente, do meu ponto de vista é um erro crasso porque não resolvem efetivamente o problema de mobilidade no seu geral. Dizer que vindo desta bancada esta moção, eu não teria tido coragem para tanto, porque parece-me indispensável lembrar que o estado caótico da linha de Cascais, tem como primeiros responsáveis, os governos anteriores, da maioria de direita que desinvestiram para ela ser privatizada, agora reclama o investimento que não fizeram, tudo bem. Para finalizar, dizer que eu gosto de ter liberdade de apanhar os transportes públicos sem ter de ir ao supermercado, era só isto.” -----*

---- **Deputado José Jesus (PCP)** – *“É muito rápido, sobre a primeira parte desta moção onde se fala nos investimentos, isto é tudo muito bonito, mas quando se fala no “Mobi Cascais” e na linha do comboio, as pessoas esquecem-se um bocado que ali do Lidl da Abóboda para cima também fazem parte do concelho de Cascais, é que as pessoas, infelizmente, para andarem nos passeios têm de andar pela estrada. É tudo muito bonito, milhões para aqui, milhões para acolá, mas às vezes com milhares podia-se resolver o problema de muita gente e não se resolve porque não se quer. Nós sabemos que o PSD, CDS e outros partidos passaram pelo governo e que, se as coisas chegaram a este ponto, a culpa é de alguém, a culpa não morre solteira. O investimento que se fez nas estradas e nessas coisas todas, a Câmara de Cascais também deveria ter um bocadinho de atenção e ir retificar as obras que fizeram, possivelmente até nem foi por eleições, porque não foi nem há um ano, mas há quem diga que foi um ato eleitoral, mas quem fosse ver, quando chove aqueles passeios que fizeram todos engraçados, todos bonitos pintados de vermelho ali para o Bairro Vinte e Cinco de Abril e por aí fora, que as pessoas nem podem pisar por cima do passeio quando está a chover, tem que ir na estrada na mesma, para não estragar o passeio, só que o passeio já em alguns casos, já faz poças de água e que as pessoas, para passarem, tem de ir para a estrada na mesma, portanto os passeios estão lá, não se vão estragar, com certeza, porque as pessoas não os utilizam em tempo de chuva.” -----*

---- Pronto, é isto com que realmente nos devíamos preocupar, porque no fim de contas a nossa freguesia, como todos nós sabemos, vamos para determinados sítios e as pessoas como disse, nem sequer podem andar no passeio porque não têm, por isso agradeço realmente que também tenham atenção a isso, para não se gastar milhões só em algumas coisas.” -----

---- **Deputado Manuel Palhoco (PS)** - “Esta moção, a nós levantou-nos muitas interrogações e desde logo uma delas, está-se a falar de duas coisas distintas, está-se a misturar a “Mobi Cascais” com a linha de Cascais, a linha férrea, apenas porque há aqui uma das linhas que vai ao comboio, penso eu ao ler isto, que estão a tentar justificar com deficiências da via-ferrea, dos serviços da linha de Cascais, com o desastre, não sei se financeiro, porque não sabemos os números, mas pelo menos de pessoas que utilizam o “Mobi Cascais”, porque de facto em São Domingos de Rana, pelo menos, andam sempre vazios. Seria importante, por exemplo, sabermos números, quer de utentes, quer por aí. Também preciso dizê-lo que consideramos que a Mobi Cascais era uma boa ideia, ficou presa em duas coisas, a primeira pensava-se que não tivessem coragem de assumir uns serviços municipalizados de transportes e fizeram uma coisa assim a meio termo, em segundo lugar não serve os utentes, por exemplo, estou-me a lembrar ..... São Domingos de Rana, Talaíde que é a área da freguesia mais carenciada de tudo, está fora deste circuito. -----

---- Também ainda não consegui perceber que, é verdade que também já não utilizo os transportes da Linha de Cascais, ainda não consegui perceber como é que se pretende que isto funcione para a população que vai para Lisboa, quando para utilizar aquele serviço dos estacionamentos é necessária uma aplicação em informático, portanto outra coisa que era importante, era servir o hospital, não sei sequer e andei a procura e não sei se alguma linha passa pelo hospital, essa é uma parte, a outra é de facto a Linha de Cascais, o PSD é verdade que desde o vinte cinco de abril até agora, todos os governos que lá passaram, nenhum deles assumiu de facto a resolução efetiva deste problema, mas quando se diz o anterior, esta é a segunda questão da ideia que esta moção é uma tentativa de branquear o péssimo trabalho que o governo anterior fez nesta matéria e mais tendo como único objetivo, privatizar a linha, senão vejamos, fala-se aqui no Peti. O programa atual tem o essencial do Peti, só que este tem dinheiro e o anterior não tinha. O governo não colocou ali, verba nenhuma. As únicas verbas que estavam, digamos faladas, era a dos privados e logicamente com o objetivo claro da privatização. Nós somos contra a privatização, não percebemos porque é que se junta aqui o “Mobi Cascais” e vamos votar contra.” -----

---- Não havendo mais ninguém para intervir o Presidente da Mesa pôs a moção a votação tendo sido reprovada com doze votos contra do PS, PCP e BE e nove votos a favor do PSD e CDS. -----

---- Sexta moção apresentada pelo PS identificada com a letra F e com o título “Modernização da Linha de Cascais” -----

---- **Deputado Miguel Fonseca (PS)** “Muito boa noite senhor presidente e restantes membros da mesa, senhora presidente do executivo, restantes membros, membros da assembleia e excelentíssimo público. Vamos lá então falar da modernização da Linha de Cascais. O grupo de lista do CDS e do PSD, trouxe hoje a esta assembleia, tal como já tinha acontecido na Assembleia Municipal, um documento que é pretexto de uma recomendação ao governo, mais não faz do que tentar branquear a desastrosa política do anterior governo que não apenas desinvestiu nesta infraestrutura como tinha confessado a intenção de a entregar a interesses privados, senão vejamos, o Peti três mais, que é de



abril de dois mil e catorze, contemplou um investimento de modernização da linha de Cascais, apenas do lado da infraestrutura, isto é, sem contemplar investimentos do lado da CP, mas com um pressuposto de financiamento comunitário que não ficou garantido pelo anterior governo e num quadro que concessão de privados, ou seja, o governo anterior, não falou com verdade aos cascalenses, ao prometer a modernização da linha de Cascais no peti três mais e em paralelo excluí-la do financiamento do Portugal vinte/vinte. O governo anterior, não só não calculou o financiamento, nem avançou com qualquer investimento, como deixou degradar o serviço a tal ordem que, em dois mil e doze, registava-se uma média de oito a nove comboios suprimidos por dia, grande parte deles a horas de ponta com elevado transtorno para as pessoas, dificultando a sua deslocação para o trabalho e perlongando, desnecessariamente, o seu regresso à casa, ou seja, o governo anterior não teve em conta os cascalenses ou permitir, sem nada fazer, a degradação do serviço da Linha de Cascais a um nível indigno e respeitoso para com os passageiros. O atual governo manteve a intenção de investimento na Linha de Cascais, tendo inscrito no plano de investimentos ferrovia vinte/vinte que o fez em fevereiro de dois mil e dezasseis, mas com alteração do quadro de implementação sem recurso, a concessão a privado e com necessidade de configuração do modelo de financiamento no contexto de sustentabilidade de finanças públicas. O investimento protagonizado no plano ferrovia vinte/vinte mantém no essencial a natureza das intervenções previstas no peti três mais, compreendendo a mudança de tensão do sistema da tração elétrica, a instalação de nova sinalização e controle de velocidade, a renovação de via e modernização das estações. A ausência de garantia de financiamento, deixada pelo anterior governo, obrigou o governo a encontrar alternativas para a estruturação financeira deste investimento. No quadro da reprogramação do Portugal vinte/vinte e através da combinação com outros instrumentos financeiros, como o plano junkers, o governo está a trabalhar na construção da necessária solução de financiamento, ou seja, o atual governo assumiu, desde o início, o investimento na linha de Cascais, mas com realismo e falando a verdade aos cascalenses, sem prejuízo a esta visão estratégica e em fase da situação degradada deixada pelo atual governo. O atual governo, deu prioridade à melhoria do serviço prestado aos utilizadores, seja no longo ou no curto prazo. Nesse sentido, a Infra-estrutura de Portugal e a CP mantém em curso, com os necessários investimentos de manutenção e reabilitação, tanto na infraestrutura, como no material circulante, de modo a salvaguardar a prestação do serviço às populações, com reposição da sua qualidade. Destaca-se, a este respeito, as intervenções profundas nos comboios da linha de Cascais, que a CP tem vindo a fazer desde dois mil e dezasseis, sendo que alguns comboios renovados já estão a circular, essas intervenções abrangem a completa requalificação mecânica dos comboios necessária a reposição da fiabilidade do serviço, mas as intervenções não abrangem a componente mecânica. O conforto dos passageiros também está a ser alvo de especial atenção. Para além da reparação geral do interior, bancos e portas, destaca-se a reparação, já concluída, de noventa equipamentos de ar condicionado, ou seja, o atual governo, ao contrário do anterior, tem vindo a investir na melhoria das condições da linha de Cascais estando já, ao serviço dos cascalenses, alguns comboios renovados. O resultado do esforço do investimento é já hoje visível. Foi possível recuperar os índices de desempenho dos mínimos registados em dois mil e doze, dois mil e treze, em particular, no que toca a regularidade da oferta, hoje as supressões são praticamente inexistentes e os índices de pontualidade e fiabilidade dos serviços estão iguais ou acima da média nacional, ou seja, o atual governo inverteu a tendência de abandono deixada pelo anterior governo e conseguiu, em pouco tempo, voltar a

*oferecer aos cascalenses, padrões mínimos de qualidade que só não estão visíveis a quem não usa com regularidade a linha de Cascais. Os resultados veem-se também na resposta da procura que têm vindo a subir depois de um período demasiado longo de quebra. Em dois mil e dezasseis, foram transportados 24,8 milhões (vinte e quatro, oito milhões) de passageiros nesta linha, compreendendo um aumento de 2,4 milhões (dois, quatro milhões), face a dois mil e quinze. Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia de São Domingos de Rana, na sua reunião ordinária de trinta de abril de dois mil e dezoito delibera:*

*Lamentar, mais uma vez, o abandono a que foi votado décadas esta infraestrutura tão decisiva para a população do concelho de Cascais;*

*Congratular-se por, finalmente, ver a recuperação desta infraestrutura ferroviária inscrita na reprogramação dos investimentos do governo, com o apoio comunitário e logo com garantia de inscrição no programa vinte/vinte;*

*Saudar a recusa da privatização desta linha e a garantia de que estão em curso os procedimentos para que esta obra seja o início de uma solução global e de futuro;*

*Solicitar ao governo, que atribua prioridade à realização dos investimentos necessário na Linha de Cascais, designadamente a modernização do sistema de sinalização e eletrificação, melhoria das estações e acessibilidades, alteamento das plataformas e, conseqüentemente, a aquisição de comboios novos para uma maior eficácia, qualidade e segurança de todos os utentes. Muito obrigado” -----*

O Presidente da Mesa pôs a moção para admissão tendo sido admitida. Após admissão passou-se a fase de discussão. -----

**Deputado Fernando Ferreira Marques (PSD):** *“Senhor presidente, é tão simplesmente para lhe transmitir que foi quebrada hoje, nesta assembleia, a relação de confiança que existia entre os partidos políticos na reunião de porta-vozes, como vossa excelência não foi capaz de assegurar esse fator de segurança que foi garantido até a assembleia de hoje, a partir de hoje nenhuma moção da coligação Viva Cascais será apresentada antes da Assembleia de Freguesia.” -----*

---- Não havendo mais ninguém para intervir o Presidente da Mesa pôs a moção a votação tendo sido aprovada com doze votos a favor do PS, PCP e BE e nove votos contra do PSD e CDS. -----

---- Sétima moção apresentada pelo PCP identificada com a letra G e com o título “Investimento na Linha de Cascais” -----

---- **Deputado José Jesus (PCP)** – Moção em anexo -----

---- O Presidente da Mesa colocou a moção para admissão tendo sido aprovada a sua admissão. Após admissão passou se à fase de discussão. -----

---- Não havendo ninguém para intervir o Presidente da Mesa pôs a moção à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

---- **Deputado Francisco Aires:** *“Voto de saudação do vinte e cinco de abril de setenta e quatro, quadragésimo quarto aniversário e primeiro de maio, dia internacional do trabalhador. Na passagem de mais um ano sobre a data libertadora do vinte e cinco de abril de setenta e quatro a que o bloco de esquerda, comemorando incondicionalmente se associa, importa muito falar do que falta fazer relativamente às razões pelas quais o MFA e o povo português, decidiram tomar o destino do país nas suas mãos, através da revolução dos cravos. Conseguiu-se com a revolução o fim das guerras coloniais, bem como conseguiram os movimentos libertadores, a independência dos seus países, os*

presos políticos foram libertados e as eleições diretas e universais passaram a ser uma rotina. -----

---- Institucionalizou-se o poder democrático autárquico e os partidos políticos passaram a ser protagonistas da governação. -----

---- Festejamos sentidamente mais este aniversário da revolução de abril, mas não sei evidenciar alguns velhos problemas ainda hoje consequência de quarente e oito anos de fascismo que teimam em persistir. O fascismo é como o bolor, criadas as condições ideias, volta sempre e reproduz-se. Apesar da rotina do voto ser uma realidade de muitos portugueses eu digo mesmo de demasiados portugueses não votam. Dir-se-á estão desiludidos os portugueses com a democracia, na realidade não é com a democracia que estão desiludidos, é antes com as más práticas democráticas dos diversos governos que nos têm desgovernado desde setenta e quatro, do PSD do CDS e também do PS que, quer coligações, quer maioria absolutas, têm destruído as empresas e os empregos, em suma a vida dos portugueses e de Portugal. Esses partidos são os responsáveis pelo atual estado do país. -----

----- Em dois mil e dezoito, quarente e quatro anos passados sobre a data poética da nossa querida revolução dos cravos temos agora a soberania para recuperar, a justiça para recuperar, a economia para recuperar, os serviços sociais do estado para recuperar, uma dívida insuportável para pagar, salários, apoios sociais de urgência para repor, quarenta e quatro anos sobre a passagem de mais um aniversário do vinte e cinco de abril de setenta e quatro, o meu país, o nosso país, tem pessoas que não têm casa, pessoas que são despejadas por não terem dinheiro para pagar as rendas, pessoas que não têm emprego, pessoas que não têm direito a qualquer subsídio de desemprego, temos problemas graves com a educação, com a saúde, com a segurança social, com a justiça, a reforma e cada vez mais tarde, o valor das pensões tendem a diminuir, a cultura cada vez mais um luxo e as mordomias de alguns políticos e gestores, um lixo que falta varrer, uma sujidade que ainda perdura depois de quarente e oito anos de ditadura fascista, maus hábitos, privilégios, falta de respeito, falta de educação pelo outro, chicho expertise, falta de cultura democrática, fraude económica, poluição do trabalho ou política do empobrecimento virtuoso, são apenas alguns exemplos de quanto falta fazer para dignificar a nossa democracia e a nossa revolução de abril, as contas que interessam o povo as ajustará, é preciso acabar com o bolor na nossa democracia. Viva o primeiro de maio, dia internacional do trabalhador, viva a revolução do povo e do movimento das forças armadas de vinte cinco de abril de setenta e quatro." -----

**Deputado Fernando Ferreira Marques (PSD)** – “Sabemos que foram assinados, no dia três de março, mais um conjunto de acordos de delegação de competências entre Município de Cascais e a Junta de Freguesia, sabemos também que os espaços verdes de responsabilidade da Junta de Freguesia se encontram em miserável estado, sabemos também que há um conjunto de escolas que têm torneiras, casas de banho, etc.. por resolver há mais de seis meses e portanto, o que nós queremos perguntar a Junta de Freguesia, quando é que pensa resolver estes assuntos e se estes acordos de execução não chegam financeiramente para resolver o problema, será mais ético devolver as competências a câmara para que os munícipes não sejam prejudicados.” -----

**Deputado Rafael Neto (PSD)** – “Este mês de abril festejámos a liberdade, a democracia e a possibilidade de participação dos cidadãos na nossa sociedade, liberdade essas que diariamente temos de trabalhar, que devemos conquistá-la todos os dias e não a dar como algo garantido, só assim terá a capacidade de evitar o avanço das extremas políticas que observamos no resto da Europa. Em Cascais, continuamos o caminho que

temos proposto nos últimos anos, criar pontes, em vez de muros, criar ligações, em vez de barreiras, dotar a nossa população de mecanismos cada vez mais democráticos, por isso somos exemplo no país inteiro e no resto da Europa. E ao falar da Europa e da democracia, tenho de falar de Cascais, Capital Europeia da Juventude e na capital democrática que temos vindo a desenvolver este ano e também na última década. É do conhecimento geral que tivemos um evento de grande importância para Cascais e para São Domingos de Rana e que aqui se realizou nos passados dias vinte, vinte e um e vinte e dois de abril, mais uma iniciativa de Cascais Capital Europeia da Juventude, quero por isso dar os parabéns a esta junta de freguesia, na pessoa de Bruno Bernardes pela disponibilidade e empenho que colocou no evento parlamento europeu dos jovens e pelo apoio que também nos deu acolhimento do evento Portugal na Europa, com a presença do senhor Primeiro-Ministro António Costa, e do senhor Comissário Europeu Carlos Moedas na Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo. Aproveito também aqui para deixar expresso o meu agradecimento ao professor David pelo acolhimento que nos deu. Esta é mais uma prova que a Capital Europeia da Juventude é um evento transversal que não coloca ninguém de parte e que prova que o sol quando nasce é para todos e não há sombras que nos atormentem. Foi o vento que colocou São Domingos de Rana no mapa de discussão política da Europa, da Europa que temos hoje e na Europa que queremos amanhã. Viva Cascais, viva São Domingos de Rana.” -----

---- **Deputado Jorge Ferreira Marques (CDS)** – “Eu vou ser rápido, pegar aqui numa deixa que PCP há pouco deixou aqui na sala que era que se gastava muitos milhões e portanto para o PCP não se pode gastar milhões e eu percebo a estranheza, porque o PCP esteve tanto anos aqui na freguesia e não fez nada e portanto é natural que estranhe que se gaste milhões no desenvolvimento da freguesia e de facto ainda bem camarada Ramos já não pode responder porque está aí fora e ainda bem que assim é, que continuem estes milhões para o bem do desenvolvimento da freguesia e portanto para... pasme-se para muitos que falam de eleitoralismo, o BE está sempre a falar em eleitoralismo e o PCP e o PS, eleitoralismo fez tudo por causa das eleições e depois esquece a freguesia, mas os investimentos continuam, é curioso que os investimentos continuam e portanto a extrema-esquerda é importante ter também esta nota que os milhões continuam para ajudar os fregueses da freguesia e para ajudar o desenvolvimento da freguesia. Foi inaugurado o parque urbano do Penedo, com três hectares de espaços verdes, equipamentos desportivos, um parque infantil, hortas comunitárias com vinte e seis talhões, foi inaugurado a ampliação do centro convívio dos Vinhais, foi inaugurado o parque infantil da Rua Raul Solnado, parque infantil de Tires, está a ser construído o lar para a população com deficiência Cercica, a sede dos escuteiros de Tires está quase pronta, portanto os investimentos continuam e não é só nas eleições e é agora bom que façam uma reflexão introspetiva para pensar de facto o investimento da direita o investimento da coligação Viva Cascais em Cascais e na freguesia durem durante todo o mandato, não durem só nas eleições, esse argumento já não pega, por isso senhor presidente queria deixar aqui a informação da continuação dos investimentos na freguesia que vão naturalmente proporcionar o desenvolvimento da mesma.” -----

---- **Deputado José Jesus (PCP)** – “Eu não quero entrar em diálogo, mas é só atalho de foice. Quando falei que se gasta milhões é bem que se gaste milhões essencialmente daquilo que é necessário gastar e não naquilo que nós vemos aí e aquelas empresas que se fazem assim a pressa para se fazer algumas obras e que depois acabam por desaparecer, segundo dizem as más-línguas. -----

--- *Aqui, há um ano, fez dia vinte e oito deste mês um ano, eu trouxe aqui uma situação da rua de Tires, que é a Rua Dom José I, volto a frisar que é nas traseiras do centro de dia, em que foi feito um abaixo-assinado pelos moradores, porque há um estabelecimento comercial que quando foi as obras da autoestrada tiraram-lhes alguns acessos, claro que as pessoas não têm culpa disso, nem o estabelecimento comercial, nem as pessoas que moram ali, entretanto fez-se o abaixo-assinado a pedir não que a logística fosse feita, mas sim que esse estabelecimento comercial pedisse aos fornecedores para levarem carrinhas mais pequenas. Entretanto a Câmara de Cascais respondeu muito sucintamente posso voltar a ler aquilo que eles responderam: (imperceptível) -----*

--- *“Nós não pedimos que ela não fosse mantida, simplesmente pedimos para que a senhora gastasse mais uns eurozitos e que colocasse lá mais carrinhas pequenas, mas a Câmara de Cascais entretanto passado um ano, resolveu o problema, pintou de um lado uma faixa amarela e os moradores se quiserem só estacionam do lado direito e quem não quiser que ande de bicicleta, aliás a câmara agora até pôs ali bicicletas para as pessoas andarem, não é preciso andar de carro. É pena e que quando se olha para Tires, não se ter em atenção que realmente as pessoas de Tires, Trajouce ou de Talaíde ou pessoas de outros lados que também pagam os seus impostos, são moradores, são munícipes e gostaria que realmente depois a junta se prenuncia-se também que no fim de contas é o que esta mais perto dos moradores e gostaria que alguém interviesse sobre isto, porque é mau e realmente as pessoas agora não sabem onde por os carros.” -----*

----- Acabando as intervenções o Presidente da Mesa passou para ordem de trabalhos fazendo uma proposta a todos. Se era possível o ponto cinco passar para último ponto. Não havendo votos contra iniciou-se a ordem do dia-----

#### -----ORDEM DO DIA-----

--- Ponto um - Ata número quatro - Aprovada por unanimidade -----

--- Ponto dois - Informação trimestral - O senhor Presidente da Mesa deu a palavra a senhora Presidente da Junta, tendo a mesma respondido que os documentos tinham sido todos entregues ao senhor presidente. -----

--- O senhor presidente perguntou se haveria alguém que quisesse intervir tendo o deputado Jorge Ferreira Marques mostrado interesse -----

--- **Deputado Jorge Ferreira Marques (CDS)** - “É só para agradecer ao executivo por ter disponibilizado as informações trimestrais conforme tinha sido solicitado” -----

--- Ponto três - Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais - Foi dada a palavra ao senhor tesoureiro Carlos Nogueira respondendo que, em conjunto com as contas, o inventário estava disponível. -----

----- Ponto quatro - Relatório de Atividades e Contas de Gerência, de dois mil e dezassete - Carlos Nogueira responde que mais uma vez se disponibilizou em comissão de finanças da junta a prestar todos os esclarecimentos que houvessem em relação ao relatório de atividade e contas de dois mil e dezassete, as dúvidas que houve foram explicadas, não tendo mais nada a acrescentar. -----

Não havendo ninguém para intervir o senhor Presidente da Mesa pôs o ponto a votação tendo sido aprovado com nove abstenções. -----

Ponto cinco - Regimento da Assembleia de Freguesia - Foi dada a palavra ao deputado Manuel Palhoco (PS) que falou que, em relação ao regimento o PS viu que era mais útil ter um regimento simples, apenas com as questões referentes a lei, mas apenas em termos gerais. Falou que as restantes bancadas não estavam

de acordo e que se iniciou uma revisão a partir do que já existia, adaptando-se algumas coisas. ----- Não havendo mais ninguém a intervir o ponto cinco foi à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto seis - Regulamento do Fundo de Emergência Social de S. Domingos de Rana -----

Tendo o senhor Presidente da Mesa recebido um email da Coligação Viva Cascais, a pedir que o executivo retirasse este ponto da ordem de trabalho, o Senhor Presidente pergunta ao executivo se tem alguma coisa a dizer sobre essa matéria. A Senhora Presidente do Executivo respondeu que este assunto já tinha sido aprovado em rede social, que era um assunto que já tinha sido aprovado no CLAS e passou a palavra ao senhor Bruno Bernardes que é a pessoa responsável pelo pelouro. -----

Bruno Bernardes agradeceu inicialmente ao deputado Rafael Neto pelas palavras do mesmo. Sobre o Fundo de Emergência Social, Bruno Bernardes diz que o projeto nasceu do âmbito daquele que era também o plano de atividades da Junta de Freguesia, aquele que estava inscrito também no próprio plano da ação social, que também foi nesse âmbito que a junta, em comissão social de freguesia em plenário apresentou a intenção de avançar com o projeto e que tiveram a formação de um grupo de trabalho eventual, que reuniu por duas vezes, com as seguintes entidades: Junta de Freguesia, ABLA, AIDP, Associação de Respostas Educativas e Sociais, a Comunidade, Centro Comunitário de Tires, Centro Social e Paroquial de S. Domingos de Rana, As Conferências Vicentinas de S. Domingos e Trajouce, a Fundação Champgnat e a Câmara Municipal de Cascais. Na primeira reunião fixou-se o que era o conceito de emergência social, que é o apoio financeiro e pontual excecional e temporário destinado a agregados familiares residentes na freguesia e que se encontram em situação económica ou social de emergência, para fazer face as despesas essenciais. Pegou-se em diferentes modelos autárquicos de aplicação daquilo que são os fundos de emergência social e naquilo que tinha a ver com o próprio diagnóstico da freguesia e das várias entidades em como este fundo faria todo o sentido. Não é uma resposta social que tenha a intenção de se sobrepor a outras respostas sociais já existentes no concelho, mas era no fundo, complementar as outras respostas e também face aquilo que era o diagnóstico do atendimento social da junta, que no fundo tinha duas grandes problemáticas, a problemática da habitação, e também as questões da privação material, o acesso a alimentação e aos bens de primeira necessidade e neste caso a junta tinha avançado com este grupo de trabalho que foi fixado também esta proposta de rolamento conjuntamente com estas entidades. -----

---- **Deputado Jorge Ferreira Marques (CDS)** - *“Os grupos de lista da coligação Viva Cascais, solicitaram o adiamento do ponto. Como tem sido prática corrente nos últimos anos, aliás temos um bom exemplo que foi agora recente, a aprovação do regimento, foi um documento trabalhado por todos os grupos de lista e depois trazida à Assembleia de Freguesia, já com um documento consensual e muito mais melhorado que aquele que estava. Aquilo que nos apresentaram aqui, foi um documento fechado aprovado por unanimidade pelo executivo e ficámos a saber que o PCP afinal é a favor da “caridadezinha”, esteve tantos anos a lutar contra a “caridadezinha” e votou por*

*unanimidade e ainda bem, mais vale tarde do que nunca. Portanto, aquilo que nós solicitamos, não estamos contra a intenção da elaboração deste documento, estamos contra a metodologia adotada para a construção do mesmo, uma vez que não envolveram politicamente os grupos de lista da Assembleia de Freguesia e que tem sido procedimento comum e eu vou passar a referenciar, a sinalizar o porquê deste documento deveria ter ido à reunião de comissão para ser melhorado, porque tem aqui várias questões que têm de ser apresentadas, algumas delas de âmbito geral. Este documento, o ponto de partida é bem-intencionado, acho que é uma excelente oportunidade que o executivo quis trazer aqui para trazer maior rigor e cuidado de responsabilidade aos apoios sociais na freguesia e, portanto, obviamente é bem-intencionado, mas está uma grande confusão. Este documento está uma grande confusão, logo a partida misturam-se conceitos, coloca-se no mesmo patamar situações sócio económicas de emergência e situação de catástrofe natural, portanto não querendo dar o exemplo infeliz do acidente do ano passado, uma situação de catástrofe está ao mesmo nível de uma família que está numa situação de vulnerabilidade sócio económica que precisa de ajuda. Portanto há uma situação de catástrofe, há um grande incêndio num prédio e a junta resolve o problema das pessoas, portanto está aqui uma grande confusão a nível do âmbito e do conceito daquilo que se pretende fazer nestas questões, às vezes acontece quando queremos copiar regulamentos de outros municípios, mas pronto. Quais são as funções das IPSS? Quais são as funções das organizações sociais? Aqui não se percebe. Eu não quero acreditar que as funções das organizações sociais são como meras instruidoras, instruem os processos, sinalização e instruem os processos, é esse o papel das instituições sociais? Eu acredito que não seja, mas aqui não está definido. Depois qual é a verba disponível? Está aqui? Eu não encontrei, posso não estar de facto a ver bem, mas eu não encontrei a verba disponível. Porque é que de facto o representante da Junta de Freguesia dizia que a Câmara de Cascais foi envolvida, não está aqui, não está aqui no grupo de trabalho, foi agora há última da hora que se lembraram? Depois, como evitar a sobreposição de apoios na freguesia? E depois, o que vai acontecer aos apoios que já estão neste momento atribuídos, por exemplo, aos vicentinos, vão continuar a receber estes apoios? Imagino, mas aqui não está referido e depois entrando aqui no regulamento, no artigo dois, no ponto dois, refere que irão ser celebrados acordos de parceria com as entidades da freguesia que procurem envolver-se neste fundo e que demonstrem possuir capacidade para o encaminhamento de gestão de casos. Como é que se demonstra esta capacidade? Estamos a duvidar das organizações sociais? Como é que vamos demonstrar esta capacidade? Estamos a duvidar? Certo. ----  
---- Vamos continuar, beneficiários dos apoios, tratando-se de cidadãos estrangeiros, número dois artigo quarto – tratando-se de cidadãos estrangeiros devem os mesmo apresentar documentação válida de residência, na freguesia, calculo que seja na freguesia, não sei se o de Odivelas dizia que era na freguesia, mas este convém dizer, acho que é importante, a natureza de apoio estamos a colocar ao mesmo nível de situações de emergência sócio económicas, de situações de catástrofe natural, mas já se viu em algum lado colocar no regulamento catástrofe natural ao lado de uma família que precise de apoio? Continuando, artigo quinto, número três – qual é o montante máximo e qual atribuição da distribuição dos valores pelas várias alíneas do número três? Vamos apoiar habitação, alimentação, saúde, mobilidade e educação, ainda bem, vamos fazer face as despesas essenciais, felizmente estamos a pensar nisto, agora qual é o montante máximo? Qual é a distribuição de todos estes itens? Um agregado com um elemento, dois, três, quatro, cinco, seis, recebe o mesmo? Ou não recebe o mesmo? Existe*

diferenciação ou não existe? Nós, se calhar, podíamos ter ajudado na comissão ao pensar nisto em conjunto. No número três, artigo sétimo, na alínea I – tem de se apresentar uma certidão emitida há menos de um mês, pela Direcção Geral de Impostos, onde consta a não existência de bens e imóveis do requerente. Quem tem casa não pode ter acesso? Não pode passar por uma situação de emergência social? Isto aqui é uma discriminação por quem tem casa e quem não tem, quer dizer a pessoa não pode ter problemas aqui? Pelos vistos não pode, pessoa aqui não pode ter nenhum imóvel em seu nome para ter apoio para pagar a água ou a luz porque está desempregado, tens uma casa acabou-se vai vender a casa. Depois pasme-se e vou chamar a atenção de todos os presentes, o artigo décimo – análise de avaliação e decisão de candidaturas – número dois – compete ao presidente da junta emitir despachos sobre a candidatura, depois de avaliação do responsável pelo pelouro da ação social. Então, é a presidente de junta que vai avaliar, se um pedido de apoio vai ser desbloqueado ou não? Isto é uma avaliação política? As instituições estão cá a fazer o quê? A instruir processos? Trabalham há dezenas de anos com as famílias e estão cá a instruir processos? Não estão cá para trabalhar em conjunto? Só trabalham em conjunto para recolher os rendimentos das famílias? E depois, é a junta que decide, a presidente de junta é que decide? Se quiserem, creio que estamos todos de acordo, baixamos o documento à comissão e adiamos por mais quinze dias e trabalhamos no documento e depois daqui há quinze dias, marcamos uma nova assembleia e tentamos melhorar o documento. Porque é que o documento está fechado? Depois, quantos dias demoram entre o pedido de apoio e o pagamento do mesmo? Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Junta, eu lanço o repto de uma forma sincera, que o documento seja melhorado e seja discutido em sede de comissão com a presença do eleito, com o pelouro da ação social e creio que estamos todos disponíveis para trabalhar o documento. Agora não nos venham pedir para aprovar um documento em que é a Presidente de Junta que decide que apoios sociais que são desbloqueados.” -----

--- **Deputado Francisco Aires (BE)** – “Só para dizer que no geral eu acompanho a solicitação dos grupos de lista do PSD e do CDS também neste caso e também não gosto de “caridadezinha”. As pessoas têm direitos, acho que precisamente no interesse, nos superiores interesses dos fregueses e da Freguesia de São Domingos de Rana, fazia sentido e como aqui já foi referido, um trabalho conjunto entre os grupos de lista, mais cabeças a pensar, maior probabilidade de acertarmos. Até porque acabámos de sair de um bom exemplo, também aqui referido, que foi um trabalho conjunto que se fez, a propósito da revisão do regimento e em que patentes as diferentes opiniões e pontos de vista dos diversos elementos do grupo de lista, conseguiu-se chegar a um mínimo denominador comum, no meu ponto de vista e como dos restantes colegas, melhorar um documento já existente. A Junta de Freguesia, neste caso, não resolveu trilhar este caminho, vai assumir com essa decisão as suas responsabilidades, embora não seja de esperar outra coisa, que não assumi-las. Obviamente as assumirá. Que fique aqui registado na ata é que entendo, a decisão, embora legítima, é como dizer uma decisão autocrática e pouco democrática” -----

--- **Deputado Fernando Ferreira Marques (PSD)** – “Espero que o caminho que hoje estamos a trilhar nesta assembleia, que foi um completo volte face naquilo que tinha a ver com a ética que tínhamos assumido no início do mandato, não altere e não estrague a concórdia e o contributo que todos os partidos deram nos vários documentos e nas várias propostas trazidas a esta assembleia. Depois dizer ao executivo, que só tivemos conhecimento do documento, como o senhor presidente sabe, em reunião de porta-vozes.



*Não conhecíamos de todo o documento, o documento foi-nos entregue e o senhor tesoureiro não estava em condições de discutir o documento, porque não era a área dele e nós logo dissemos que queríamos que o documento não fizesse parte da ordem de trabalho e que passasse para uma comissão. Não foi possível, porque estávamos a fechar a ordem de trabalhos, portanto não é da parte de nenhum partido presente na assembleia que não houve disponibilidade para o discutir. Portanto é bom que isto fique em ata, que não foi por parte de Partido Social Democrata ou do CDS e neste caso muito menos do Bloco, todos nós manifestámos disponibilidade para dar contributos, só que ninguém nos pediu nem permitiu que fossem dados.” -----*

---- O Presidente da Mesa quis dar um esclarecimento dizendo que em comissão de representantes, nada obstava que os partidos ali representados dissessem que queriam reunir numa comissão, com vista a discutir aquele documento. Que a comissão de representantes tinha reunido com o objetivo de aprovar a ordem de trabalhos e que ninguém se tinha manifestado. -----

---- Foi dada a palavra ao senhor Bruno Bernardes que respondeu mais uma vez que estava disponível para responder as dúvidas que houvessem e como não lhe chegou nada, pressupôs que estaria tudo em ordem. Em relação a ser um documento fechado, nunca o poderia ser por ser chamado proposta e que sendo uma proposta nunca poderia ser fechado e o intuito era também que os partidos e as bancadas participassem convocando-o e não fazendo as questões ao tesoureiro na comissão de orçamento, tal como tinha sido feito. Em relação a questão de emergências social e de catástrofe social, o mesmo tinha sido uma excelente proposta feita pela ARESC, representada pela Arminda Oliveira, para se incluir também estas questões de catástrofe natural. Relativamente a sobreposição de apoios, o fundo de emergência social, relativamente aquilo que era e aquilo que já existia, tinha sido também conversado na segunda reunião do grupo de trabalho. Na primeira reunião não puderam estar presentes as técnicas da Câmara Municipal de Cascais, que tinham sido referenciadas para pertencerem ao grupo de trabalho no Plenário da Comissão Social de Freguesia, mas que na segunda tinha participado uma técnica da CMC, onde tiveram a analisar essa situação de sobreposição, especialmente pela questão do Cascais mais solidário. -----

O que se tinha resolvido na altura, era que serviria enquanto complemento para pessoa isolada ou com agregado familiar, já acompanhadas pelo mesmo protocolo em situação pontual e emergência social, ou no caso de encaminhamento após emergência social para apoio continuado. Relativamente a análises de candidaturas, sendo que o regulamento já prevê as captações para agregados familiares e para pessoa isolada, era óbvio que quando a pessoa já vinha instruída da ficha de candidatura, era feita a análise. A senhora presidente, fará automaticamente o despacho. E por que razão é isto? No objeto de regulamento é a emergência social e sendo emergência social a Junta de Freguesia tem, no máximo, quarenta e oito horas, para apresentar uma proposta aquilo que é a ficha de candidatura. Ora, se o agregado familiar isolado apresentar na captação, os valores estão incluídos no regulamento, a junta terá de aprovar automaticamente, e porque é que é despacho da senhora presidente? Porque lendo o artigo décimo segundo do regulamento, prevê a constituição de um fundo de maneiio, o fundo de maneiio que está incluído nas

regras daquilo que são as finanças e entidades públicas, permitirá mais rapidamente e num período máximo de quarenta e oito horas, dar a resposta ao agregado familiar, no pagamento daquela quantia que é solicitada. Relativamente ao facto que o Jorge Marques referiu que as entidades meramente encaminham e instruem os processos, que isso não era verdade. No grupo de trabalho também se referiu que é necessário fazer um grupo de emergência social por forma também analisar os casos e que também seja feita a gestão dos utentes que chegam às diferentes entidades inclusive à Junta de Freguesia para o pedido de emergência social, que muitas vezes estão a trabalhar com várias entidades sociais da freguesia e não só e que muitas vezes só trabalham no âmbito da emergência e que têm de cada vez mais, trabalhar no âmbito da transformação social dos agregados, olhando para os recursos que as pessoas detém e poder apoiar as pessoas num ponto de vista mais profundo e não só no âmbito de emergência social. -----

Não havendo mais intervenções o ponto foi posto a votação tendo sido aprovado com onze votos a favor, nove votos contra e uma abstenção. -----

---- **Deputado Francisco Aires (BE)** - Declaração de voto em anexo -----

---- **Deputado Jorge Ferreira Marques (CDS)** - *“Declaração de voto da Coligação Viva Cascais. Nós achamos que este documento é um ponto de partida para apoiar os fregueses de S. Domingos de Rana com rigor e equidade, respeitamos o trabalho realizado nomeadamente aquele pelas organizações sociais envolvidas na construção do documento, consideramos que este documento deveria ser trabalhado com todos os grupos de lista representados na Assembleia de Freguesia e sobretudo não aceitamos que a decisão sobre um apoio social seja uma decisão política da Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, pois tem que ser uma decisão técnica das instituições sociais.”* -----

---- **Deputado Manuel Palhoco (PS)** - *“O PS votou a favor deste documento, por duas razões fundamentais: primeira, pela necessidade da sua existência; segunda, sem fazer considerações, não é um documento fechado, é uma proposta. A lei diz, que a Junta da Freguesia tem as suas competências e a Assembleia tem as dela. Para o PS, é mais útil ter um documento que não levante dúvidas, que foram aqui colocadas. Portanto, votamos a favor.”*

---- Concluída a ordem do dia, foi posta à consideração e votação da Assembleia a ata em minuta da sessão, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----

----- O senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, às vinte e três horas e cinco minutos. -----

---- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

-----1º. SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º. SECRETÁRIO \_\_\_\_\_-----

----- O PRESIDENTE -----